

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

O CALHA NORTE E AS MINERADORAS NA AMAZÔNIA

Edna Maria Ramos de Castro.

Belém, Junho/87

O CALHA NORTE E AS MINERADORAS NA AMAZÔNIA^(*)

Edna Maria Ramos de Castro.

A história da ocupação da Amazônia, quer antiga ou recente é a história do aviltamento de populações aí existentes. Da construção do Forte do Presépio pelos portugueses em Belém à penetração de áreas mais distantes da Amazônia pela calha do grande rio, muitas missões para mapeamento de recursos naturais foram realizadas, enfrentando com violência grupos indígenas que se recusavam às práticas servis impostas na colonização. Inventários riquíssimos em detalhes pontuam os interesses econômicos do comércio de cada época. Na realidade não é uma trajetória diferente daquelas experimentadas nas demais regiões brasileiras, mas guarda uma dimensão singular por ser a única região do país que ficou resguardada do saque definitivo. Agora, os interesses dominantes voltam-se para ela como sua reserva de recursos naturais.

(*) Trabalho apresentado no Seminário "O Projeto Calha Norte: a Política de ocupação de Espaços no País e seus Impactos ambientais", no Painel "Interesses Econômicos Nacionais e Internacionais: mineração e povos indígenas na Amazônia", realizado pelo Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, de 26 a 28/06/87, em Florianópolis.

O primeiro impacto que sofreu a população brasileira foi saber que o Projeto Calha Norte já vinha há bastante tempo, sendo forjado nos gabinetes militares, de forma sigilosa e sorrateira. Fazia parte de planos elaborados pela inteligência dos governos pós 64, objetivando mapear e explorar os recursos naturais da Amazônia, abrindo novas perspectivas na produção da matéria-prima para o mercado nacional e mundial.

O Estado brasileiro nos últimos 20 anos, no referente à Amazônia, exerceu papel fundamental de intervenção econômica fornecendo incentivos fiscais, acesso das empresas às terras e responsabilizando-se pelos enormes ônus de infra-estrutura. Previu prioridades quer sobre setores econômicos quer sobre o uso e controle do espaço. Foi e é o grande passeio do capital, criando órgãos para o apoio e acompanhamentos dos projetos. Mas não arcou com os ônus causados às populações camponesas e índias, principais vítimas do processo, bem como ao meio ambiente, violentado em suas florestas, rios, fauna, etc...

Começando sobretudo com a frente pecuária no sul do Pará e seguindo a estratégia de ocupação maciça de certas áreas, os planos pós 64 atingiram

o sul do Pará, Amazonas, Rondônia, etc... marchando do sul da Amazônia em dire o ao norte. Essa está bem clara na prática da doutrina Geo-Política. O Calha Norte vem efetivar uma nova etapa a essa interven o na região, atingindo aquelas áreas que haviam sido preservadas da mercadoriza o ao longo dos séculos. V -se aí uma dimensão de continuidade, da  ser difícil entender o Calha Norte tão somente como um projeto que visa resguardar fronteiras. Embora esse objetivo esteja presente e expresse os anseios da militariza o da Amazônia, as razões principais dizem respeito sobretudo às a o es de política econ mica.

Se o "Calha Sul" foi uma etapa, vale   pe na analisar essa dolorosa experiência através da qual se escreveu e se escreve ainda com sangue a história de luta que as popula es enfrentam para garantir sua sobrevivência física, social e cultural. Acho necessário esse recorte para entender a dinâmica do processo e as formas de luta construidas visando garantir ou conquistar espaços políticos e econômicos.

Essa visão mais global dos desdobramentos dos grandes projetos na Amazônia sobre a popula o e a natureza tendem a se repetir no Calha Norte, pois o modelo de "desenvolvimento" e "segurança", ainda em prática, não mudou. A maciça inje o de recursos financeiros via grandes projetos,

acaba expropriando populações, destruindo culturas, saqueando a natureza, como forma de se realizar em quanto identidade empresarial. Esse foi e é a dimensão do processo vivo ao sul da calha do Amazonas. Essa é a face cruel da expansão empresarial autoritária na região. Como o Calha Norte não comporta uma perspectiva diferente, é de se esperar - e já começou a ocorrer - que os impactos sobre populações indígenas e ribeirinhas tenham aquele mesmo caráter. O Índio Orlando Baré, em seu depoimento mostrou como os conflitos se intensificaram no Alto Rio Negro, atingindo Tukanos. Inegavelmente foram motivados sobretudo por mineradoras que lá chegaram com estímulo e apoio do Calha Norte.

O setor mineral, ao lado do energético e florestal, acabou se constituindo hoje no setor de ponta de lança na transformação da região. O potencial mineral da Amazônia que ainda está sendo descoberto é objeto de pesquisas levadas em frente por empresas nacionais e multinacionais. A descoberta das jazidas de minério de ferro no Carajás teve papel importante para estimular outras pesquisas. Observa-se que o Código de Mineração que regulamenta espaços, parece praticamente na época das descobertas daquele potencial, abrindo possibilidades ilimitadas de investimentos para mineradoras nacionais e internacionais.

O dossiê Amazônia, preparado pelo CIMI co-

of ali

menta que " a decretação do atual Código de Mineração (D. 1. nº 227, de 28.12.1967) coincidiu com as grandes descobertas do Carajás e abriu para as mineradoras nacionais e estrangeiras possibilidades ilimitadas de investimentos"⁽¹⁾.

Os dados desse documento revelam claramente a violenta ofensiva de grupos econômicos na competição para garantir pesquisa a lavra na região. Os interesses não se esgotam no direito de pesquisa mas vão mais além visualizando a acumulação futura, procurando tornar cativa a mineração dessas terras, na medida em que passam a ter prioridades de mineração na área, se conquistado o alvará. Está claro, portanto, uma corrida pela reserva de futuros investimentos. Parte considerável das terras da Amazônia, em poucos anos tornaram-se atreladas a alvarás e pedidos de concessão para lavra. Parte dessas terras são dos índios. Para se ter uma idéia da extensão do movimento de reservas de espaços econômicos de mineração, os dados fornecidos pelo próprio Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)⁽²⁾ são bem elucidativos.

(1)- CIMI - Seminário Amazônia. Brasília - Novembro/1986 (Mimeo).

(2) SEDI/CONAG-Relatório de Terras Indígenas no Brasil.

Mais de 700.000 Km², ou seja, cerca de 14% da Amazônia Legal estão bloqueados com alvarãs de pesquisa e concessão de lavra. Do montante de pedidos de alvarãs no país, é na Amazônia que se concentra a maior parte. Além disso há uma concentração de alvarãs em mãos dos mesmos grupos econômicos, reproduzindo na mineração o mesmo processo de concentração fundiária agudizado na Amazônia nessas duas últimas décadas. O Boletim da Associação Brasileira de Antropologia⁽³⁾ informa que de 58.647 documentos legais 25%, ou seja, 15.185 pertencem a 15 grupos econômicos que controlam da seguinte maneira as áreas de atuação: 52% pertencem a empresas estrangeiras, 34% pertencem ao capital estatal e 13% estão com empresas nacionais privadas.

Conforme dissemos, parte significativa daqueles alvarãs incidem sobre terras indígenas. Segundo o documento acima referido, "apesar dos impedimentos legais a respeito das terras indígenas, 537 alvarãs de autorização para pesquisa e 1.732 requerimentos incidem sobre 77 áreas indígenas na Amazônia"⁽⁴⁾. Informa ainda o relatório que cerca de 70% das terras indígenas estão sob a ação direta ou indireta de mineradoras. Ao todo são, segun-

(3) - ABA-Boletim da ABA nº 2 - Ano 2 - Brasília. data?

(4) - CEDI/CONAGE - Relatório de Terras Indígenas no Brasil.

do a mesma fonte, 74 empresas que mantêm o controle de alvarãs e requerimentos (537 + 1.732). Tentando ver mais desagregadamente esses dados, temos: dos 537 alvarãs em terras indígenas, 268, ou seja, cerca de 50% estão em mãos de empresas de grupos privados nacionais, 215 com multinacionais e 54, o que quer dizer cerca de 10%, com empresas estatais. Observe-se que basta acompanhar notícias de jornais e revistas para se ter uma idéia da presença de mineradoras, hidrelétricas, madeireiras, fazendas, estradas, etc...atravessando as terras indígenas. Em carta enviada em 27 de maio de 1987 pela presidente da ABA, antropóloga Manuela Cunha, à Companhia Vale do Rio Doce, diz "é preocupante que a própria CVRD tenha solicitado a concessão de 7 alvarãs de pesquisa mineral no interior do território Kikrĩn. Outras empresas de mineração estatais e privadas, nacionais e multinacionais estão requerendo alvarãs de pesquisa mineral nas áreas indígenas Parakanã, Krĩkati, Bacurizinho, Caru, Awa-Gurupi, Alto Turiaçu e Alto Guamã"⁽⁵⁾. Isso mostra que embora haja contestação, a corrida de mineradoras para terras indígenas aumenta e o debate na Constituinte aponta para conquistas de direitos que terão as minerado -

(5) - ABA - Boletim da ABA - nº 3 - Ano 2 - Brasília. *data*

ras sobre as terras indígenas.

A presença de mineradoras da Amazônia já ← estende-se até às áreas do Calha Norte. Poder-se-ia perguntar quais os desdobramentos que podem advir dessa presença nas terras indígenas? Inevitavelmente a tendência é acirrar os problemas já existentes que desembocam na ameaça de extermínio físico e cultural. Além disso, nem índios e nem a população ribeirinha foi consultada sobre a presença de empresas mineradoras que irão alterar radicalmente seu modo de vida e as formas de produção, o que quer dizer suas relações com o meio ambiente, X te. Essa ameaça está na relação direta com a fragilidade. Veja-se por exemplo que, dos alvarás e requerimentos que incidem sobre as terras indígenas, 78% são sobre as áreas não demarcadas. O papel do Estado nesse implacável avanço em direção ao Calha Norte é o promotor e guardião desse processo. A questão da morosidade na demarcação das terras indígenas é deliberada e não por incompetência burocrática. Basta ver que sua protelação ajudou as mineradoras que conseguiram evitar as exigências de instrumentos legais. Foi, nesse meio tempo, permitindo ao DNPM conceder alvarás sem autorização da FUNAI, facilitando a entrada maciça de pedidos de alvarás antes dessas terras serem demarca

das, garantindo assim algumas prioridades na lavoura. Essa é a lógica que perpassa o Estado brasileiro e organiza suas ações para atender interesses nacionais e multinacionais, neste caso, na relação que tem historicamente estabelecido com as empresas mineradoras.

Essa lógica do Estado e suas ações harmônicas com grupos econômicos poderosos permite fazer uma leitura muito nítida sobre o Projeto Calha Norte. Este projeto é instrumento de viabilização político-econômica. As bases dadas antes de sua existência exigiam um instrumento hábil para organizar recursos humanos, financeiros e montar infraestrutura para nova ocupação econômica. Assim, constitui um projeto de classe. Mas da classe empresarial com as alianças que ela achar necessárias para o setor de mineração, com uma política planejada e persistente. O Projeto Calha Norte é útil para entender-se as formas sobre as quais foram estruturados planos, programas na fase autoritária e militar. Através dele se lê o jogo de intenções em torno dos antagonistas entre Estado e Sociedade Civil bem como as relações de alianças e cumplicidades entre Estado e empresas mineradoras.

Diante de tantos desdobramentos, caberia perguntar: qual será o destino dos produtos minerais gestados na Amazônia?

A produção mineral da região destina-se'

quase exclusivamente para o mercado externo. A ICOMI que produz manganês no Amapá resulta de um contrato assinado pelo Governo que garante 50 anos de exploração e compra imediata pelos Estados Unidos. O minério de ferro do Carajás também sai do Porto da Madeira, em São Luis, direto para outros países. Mantêm-se uma economia extrativista e a Amazônia renova seu antigo papel de fornecedora de matérias primas para o mercado mundial. Se no custo da produção de borracha nas fases áureas não era contabilizado o desgaste do seringueiro, hoje a sangria de vidas e os intensos conflitos na região não contam na revisão do modelo econômico aí aplicado. Veja-se o exemplo do Projeto de Ferro Carajás que provocou como desdobramento muitos fenômenos entre os quais inúmeros garimpos, tornando-se Serra Pelada um símbolo de degradação do trabalho humano. Do ponto de vista do trabalho, muitas mudanças encontram-se em curso. De um lado são os trabalhadores rurais sem terra que continuam a vagar em busca de trabalho, de outro são relações assalariadas que emergem em fazendas, castanhais, garimpos como saídas para a sobrevivência. Embora contraditória pelos míseros salários, a riqueza produzida pelo solo e sub-solo, sob suas mãos. Esse é o palco estreito em que se movimentam posseiros, castanhais, extratores de madeira, garimpeiros, bôias-frias, etc... Mais recentemente, com a instalação de

usinas que constituirão o Polo Siderúrgico, decorrendo do PFC começam a aparecer os fornos de produção do carvão vegetal. Provavelmente ocorrerá o mesmo que em outras regiões, a exemplo de Minas Gerais, onde produtores rurais deixaram o trabalho da agricultura para dedicar-se ao carvão vegetal e dele dificilmente puderam sair. O processo é mais tragi-cômico se lembrado que grande parte dessa mesma população migrou em função de acenos do Estado para programas. Muitos fazem parte do contingente dos "sem terra", presas fáceis pela ausência da terra e de alternativas de trabalho, do garimpo, dos canteiros de obra e do carvão vegetal.

Almeida e outros autores⁽⁶⁾, com dados obtidos do Departamento de Polícia Federal, identificam em 1985, 749 situações de conflitos na região. Todos eram conflitos em garimpos. Informam que, segundo dados coletados pelo MIRAD, de janeiro de 1985 a agosto de 1986 constataram cerca de 25 homicídios dolosos. Outro dado revelador do nível da tensão, é o montante de desaparecidos, vítimas de emboscada ou ameaçados cotidianamente. As disputas em geral aparecem em torno de desacertos sobre a terra, do solo e do sub-solo. A luta reside sobretudo no problema da posse do solo para ex

(6) Almeida, Alfredo B. et alii. Os garimpos na Amazônia como zona crítica de conflito e tensão social. Belém. Revista Pará-Desenvolvimento. IDESP, nº 19. Jan/Jun/86, p. 3.

ploração, logo da terra. Índios e os pequenos produtores rurais são os primeiros a serem atingidos no confronto com grupos de garimpagem. A região de Marabá, por exemplo, no sul do Pará é uma região com tradição no garimpo artesanal. Assim, desde o século passado garimpeiros se instalaram nessas áreas; em geral sem título da terra, apenas o reconhecimento de sua posse. Agora as relações são outras. A empresa organizada que chega consegue alvarás e procura deslocar os garimpeiros dessas áreas. Há situações em que a empresa chega com título fornecido pelo cartório. Enfim, são exemplos mas que não se reduzem a eles as tensões existentes nas áreas de garimpagem. Conforme mostra Almeida as relações são também tensas entre empresas de médio e grande porte, na limitação de propriedades, bem como as formas como se dão os conflitos entre madeireiros, pescadores e outras categorias de trabalhadores que são necessariamente atingidos pela intensificação do trabalho no garimpo.

Esses conflitos vem se verificando nas áreas cujo acesso foi facilitado por estradas ou construção de outros meios de comunicação como região do Tapajós, do Tocantins, do Xingū ou do Trombétas, onde os garimpos de Itaituba, no Tapajós, são responsáveis por intenso fluxo de aviões mono e bi-motores. Ora, os conflitos que incidem nessa área torna-se-ão presentes naquelas do Calha Norte.

Primeiro por se tratar, conforme as suspeitas de regiões ricas de sub-solo e segundo, pela tendência do capital em se estender, como aliás já vem se verificando no extremo norte da região, em áreas dos Tukanos no Alto Rio Negro. Assim, a leitura da situação atual em outras áreas da região parece suficiente para apontar em direção aos problemas que índios e a população ribeirinha enfrentarão com a presença dessas mineradoras em suas áreas.

Além disso, se mantidas as tendências será ainda mais devastadora sua ação no extremo norte do país, pois a competição aumentou com as recentes descobertas de minério na região, assegurando mais os interesses em investimentos. A lógica dessas empresas funciona desta maneira: é importante ocupar, ter os alvarás para assegurar prioridade. Daí porque as empresas se multiplicam em subsidiárias para garantir mais alvarás, burlando os limites legais de pedidos por empresa. A Companhia Vale do Rio Doce, por exemplo, tem 38 subsidiárias, tendo conseguido, segundo aquela fonte, até 1986, 1785 requerimentos e 1974 alvarás tendo 89 concessões, na Amazônia⁽⁷⁾. Essa lógica não mudou, o que permite deduzir o comportamento das empresas na ocupação efetiva da exploração do solo e sub-solo, na área do Calha Norte. O mais grave é que por se tratar de

(7) CEDI/CONAGE. op. cit.

área mais densamente povoada de índios, no país, o genocídio assume agora outras dimensões. Daí o Projeto Calha Norte repassar verbas para a FUNAI, pois esta terá de se modernizar e agir com racionalidade e eficiência no tempo para se adequar a aquelas novas dimensões impostas pelo Estado e pelas novas relações de poder na região. O tempo tem outra dimensão e os recursos também. Equipar a FUNAI como órgão de frente no controle e fiscalização das atitudes dos índios já se poderia esperar, pela tradição do órgão. A recente propaganda veiculada assintosamente pela televisão, colocando índios Tukanos para falar das maravilhas do Projeto Calha Norte, é uma mostra reveladora da manipulação ideológica já colocada em prática nessa nova fase de assédio às terras indígenas.